

RECURSO ESPECIAL Nº 1.745.951 - RS (2018/0135759-3)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : LAURO BERNARDES
ADVOGADOS : CASSANDRA LENA DORNELES PRADIÉE E OUTRO(S) -
RS058232
THAIS GOMES DURANTI - RS068672

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO. MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO. ART. 1.022, II, DO CPC/2015. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. RAZÕES DISSOCIADAS E AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 34 e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRETENSÃO EXECUTIVA. PRESCRIÇÃO.

MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO. PRAZO. INTERRUÇÃO.

A jurisprudência deste Tribunal é no sentido de que o ajuizamento da ação de protesto judicial pelo contribuinte interrompe o prazo prescricional para a pretensão executiva do indébito tributário, nos termos do Decreto nº 20.910, de 1932.

Embargos de declaração opostos e rejeitados (fl. 61 e-STJ).

A recorrente, inicialmente, aponta violação do art. 1.022, II, do CPC/2015 aduzindo omissão nos embargos opostos por falta de enfrentamento do disposto no art. 168, II, do CTN e que a Corte de origem se omitiu quanto a questões suscitadas a respeito da interrupção do prazo prescricional por medida cautelar de protesto para a ação de repetição de indébito tributário.

Alega contrariedade ao art. 168, II, do CTN, em síntese, ao argumento de que o art. 174, parágrafo único, do CTN disciplina causas de interrupção do prazo prescricional que corre contra a Fazenda nas ações de cobrança do crédito tributário, não havendo disciplina no CTN sobre norma que regre a interrupção da prescrição na ação de repetição de indébito e que o protesto não é requisito para o exercício da pretensão executiva.

Contrarrazões a fls. 84-88 e-STJ.

Decisão de admissibilidade à fl. 91 e-STJ.

É o relatório. Decido.

De início, não se conhece da alegada violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, uma vez que a recorrente traz alegações genéricas de omissão quanto ao art. 168, II, do CTN e a eventuais questões suscitadas não enfrentadas pela Corte de origem, não indicando qual ponto omissivo e respectiva relevância para o correto deslinde da causa, dentro do contexto do julgado prolatado - situação essa que não permite a exata

compreensão da controvérsia e inviabiliza o conhecimento do recurso, no ponto, por fundamentação deficiente. Incidência da Súmula 284/STF.

No mérito, a recorrente alega violação do art. 168, II, do CTN com fundamento na alegação de que seria impossível se interromper o prazo prescricional por medida cautelar de protesto na ação de repetição de indébito.

Com efeito, os argumentos apresentados configuram razões dissociadas do teor disposto no art. 168, II, do CTN, o qual, aliás, também não apresenta comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido - situação essa que não permite a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial, por fundamentação deficiente. Incidência da Súmula 284/STF.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator

